



## *Conselho Nacional de Justiça*

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N.º 0004500-56.2011.2.00.0000**

**RELATOR** : CONSELHEIRO JOSÉ LUCIO MUNHOZ  
**REQUERENTE** : ELISABETH ROSA BAISCH E OUTROS  
**REQUERIDO** : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
**ASSUNTO** : CNJ - RESOLUÇÃO Nº 13/2006 - PARÁGRAFO ÚNICO ARTIGO 5º -  
ARTIGO 9º - DERROGAÇÃO - INCONSTITUCIONALIDADE -  
INCOMPATIBILIDADE - SISTEMA REMUNERATÓRIO - CLASSE -  
MAGISTRADOS - REVOGAÇÃO.

**Ementa:** PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. ALTERAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 13/CNJ. SUBSÍDIO. TETO REMUNERATÓRIO. IMPROCEDENTE.

I – A Resolução nº 13 deste Conselho Nacional de Justiça, em observância aos dispositivos constitucionais, disciplinou a matéria apresentando rol das verbas que estão compreendidas pelo subsídio e naturalmente as que não estão, bem como as que não podem exceder o teto e as que ficam excluídas de sua incidência (arts. 4º, 5º, 7º e 8º, respectivamente).

II – As verbas estabelecidas no art. 5º do referido normativo devem ser pagas aos magistrados no estrito exercício dos cargos/funções a serem desempenhados por período determinado, preservada a transitoriedade e respeitando as disposições contidas no parágrafo único que veicula a impossibilidade de a soma das verbas ao subsídio mensal exceder o teto remuneratório. Precedentes.

III – A utilização da base de cálculo do sistema anterior à adoção do subsídio, conforme dispõe o art. 9º da Resolução em comento, objetivou evitar que magistrados com poucos anos de carreira sejam remunerados de forma equiparada aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Obviamente, como ocorre em todas as outras carreiras, a contraprestação deve ser escalonada para que os cargos hierárquicamente superiores tenham padrão de vencimentos mais altos.

III – Pedido julgado improcedente.

## RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Providências no qual os requerentes, magistrados do Estado do Mato Grosso do Sul, pleiteiam a derrogação da Resolução nº 13, do Conselho Nacional de Justiça, editada em 21 de março de 2006, relativamente ao parágrafo único do art. 5º e art. 9º, em razão da flagrante inconstitucionalidade ou incompatibilidade dos referidos dispositivos com o sistema remuneratório da magistratura.

Alegam que com a edição do ato normativo em questão o CNJ estabeleceu a subsunção de verbas não abrangidas pelo subsídio, como as de caráter eventual ou temporário e as relativas ao desempenho de funções transitórias essenciais, ao teto constitucional.

Prosseguem asseverando constituir prejuízo aos magistrados a interpretação conferida pela Resolução nº 13, tendo em vista a proibição relativa a adoção do subsídio como base de cálculo.

Consignam que o parágrafo único do art. 5º da regra em comento assentou que a soma das importâncias com o subsídio mensal não poderá exceder ao teto constitucional. Ressaltam que a imposição inaugurada pela Resolução “*subverte a mens legis constitucional*”.

Aludem que a limitação em relação à soma dos valores torna desproporcional a remuneração dos magistrados, dado que um juiz no início de carreira pode chegar a receber igual a um Desembargador, o que consideram “*ofensa aos direitos sociais de todo trabalhador como o de percepção de salário proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; irredutibilidade do salário; garantia e proteção de salário; remuneração do serviço extraordinário; entre outros*”.

No aspecto reputam inexistir correlação entre o subsídio e as verbas de caráter eventual ou temporário, motivo pelo qual propugnam pela revogação do parágrafo único do art. 5º, da Resolução nº 13/CNJ, excluindo-os da incidência do teto.

Por outro lado, reputam ausente de fundamento a existência de duas bases de cálculo para remuneração dos membros da magistratura, consoante dispõe o art. 9º do diploma legal em análise, sendo uma baseada no subsídio e outra composta pelo vencimento. Entendem que a manutenção da situação atual gera um sistema de remuneração oficial e outro paralelo.

Nessa ótica, referem que a implantação do subsídio deve ser tratada em Lei Estadual, na qual haja previsão de um sistema de remuneração único que compreenda não apenas as funções permanentes como também as funções temporárias. Finalmente, colacionam alguns julgados deste Conselho na seara da pretensão em destaque.

**É o relatório. Passo a votar.**

Senhores Conselheiros,

A questão trazida pelos magistrados sul mato-grossenses refere-se a pedido de alteração da Resolução nº 13 do CNJ, editada no ano de 2006, mais especificamente no que tange ao parágrafo único do art. 5º e ao art. 9º do referido normativo, ao fundamento de que *“o Conselho Nacional de Justiça acabou por incluir no cômputo do teto verbas não abrangidas pelo subsídio”*, bem como *“proibiu a adoção do subsídio como base de cálculo”*, o que estaria ocasionando *“desequilíbrio no sistema remuneratório de magistrados, em especial naqueles que impedem o devido pagamento por trabalho legalmente prestado”*.

Inicialmente necessário ressaltar que o subsídio, fixado em parcela única, foi instituído como remuneração dos membros de Poder, detentores de mandato eletivo, Ministros de Estado e Secretários Estaduais e Municipais, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória, a teor do que dispõe a literalidade do art. 39, § 4º da Constituição Federal.

Essa modalidade de contraprestação agregou a um único estipêndio inúmeras verbas, adicionais, vantagens, etc, anteriormente existentes e consolidou em apenas uma parcela toda a base remuneratória da magistratura brasileira. Além de reunir todos esses valores, o subsídio passou a ser utilizado como parâmetro máximo para remuneração dos agentes políticos, *in casu*, dos magistrados, conforme previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, também denominado teto remuneratório.

A Resolução nº 13 deste Conselho Nacional de Justiça, em observância aos dispositivos constitucionais, disciplinou a matéria apresentando rol das verbas que estão compreendidas pelo subsídio e naturalmente as que não estão, bem como que não podem exceder o teto e as que ficam excluídas de sua incidência (arts. 4º, 5º, 7º e 8º, respectivamente).

Pois bem.

A relação disposta no art. 5º do mencionado diploma legal veicula as verbas a serem pagas aos magistrados pelo exercício de atividades transitórias. Eis o texto a ser analisado:

**Art. 5º** As seguintes verbas não estão abrangidas pelo subsídio e não são por ele extintas:

I - de caráter permanente: retribuição pelo exercício, enquanto este perdurar, em comarca de difícil provimento;

II - de caráter eventual ou temporário:

a) exercício da Presidência de Tribunal e de Conselho de Magistratura, da Vice-Presidência e do encargo de Corregedor;

b) investidura como Diretor de Foro;

c) exercício cumulativo de atribuições, como nos casos de atuação em comarcas integradas, varas distintas na mesma Comarca ou circunscrição, distintas jurisdições e juizados especiais;

d) substituições;

e) diferença de entrância;

f) coordenação de Juizados;

g) direção de escola;

h) valores pagos em atraso, sujeitos ao cotejo com o teto junto com a remuneração do mês de competência;

i) exercício como Juiz Auxiliar na Presidência, na Vice-Presidência, na Corregedoria e no Segundo Grau de Jurisdição;

j) participação em Turma Recursal dos Juizados Especiais.

**Parágrafo único.** A soma das verbas previstas neste artigo com o subsídio mensal não poderá exceder os tetos referidos nos artigos 1º e 2º, ressalvado o disposto na alínea "h" deste artigo.

Verifico que as verbas em destaque apenas devem ser pagas aos magistrados no estrito exercício dos cargos/funções a serem desempenhados por período determinado, preservada a transitoriedade e respeitando as disposições contidas no parágrafo único que veicula a impossibilidade de a soma das verbas ao subsídio mensal exceder o teto remuneratório.

É exatamente esse o entendimento consolidado por este Conselho, consoante se depreende dos arestos abaixo transcritos:

*“No Tribunal de Mato Grosso, o denominado ‘valor irreduzível’ é o resultado de uma operação aritmética entre a remuneração anterior e os atuais subsídios, englobando todas as verbas anteriores (conforme exemplos em anexo), em especial os adicionais por tempo de serviço e, em poucos casos, a incorporação definitiva de verba de representação de ex-Presidentes, Vice-Presidentes e Corregedores-Gerais do Tribunal,*

**cuja ilegalidade é patente perante a LOMAN e a Resolução CNJ 13/2006, que definem a natureza transitória da mesma** (CNJ – PCA 440 – Rel. Cons. Alexandre de Moraes – 6ª Sessão Extraordinária – j. 06.03.2007 – DJU 15.03.2007 – Ementa não oficial).

“PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONSULTA. APRESENTAÇÃO POR TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. FORMULAÇÃO DE INDAGAÇÃO QUANTO À POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO A MAGISTRADOS DE VANTAGEM PELO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL E PELA DESIGNAÇÃO COMO DIRETOR DE FORO. PREVISÃO EXPRESSA DAS HIPÓTESES MENCIONADAS NA RESOLUÇÃO Nº 13, DE 21.03.2006 DO CNJ. INEXISTÊNCIA DA ALEGADA ANTINOMIA ENTRE O ART. 4º, VII, “A” E O ART. 5º, II, “A” E “B” DA REFERIDA RESOLUÇÃO. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PELOS TRIBUNAIS APENAS DURANTE O EXERCÍCIO DAQUELAS FUNÇÕES, VEDADA QUALQUER INCORPORAÇÃO.

“1. A Res. 13/CNJ objetivou disciplinar a aplicação do teto remuneratório constitucional, assim como o subsídio mensal dos membros da magistratura à luz da Carta Magna. Para tanto o art. 4º, caput firma o conceito puro de subsídio, dele extirpando toda e qualquer outra verba do regime remuneratório anterior, tornando-o parcela única só variável (para menos) quando comparada com o teto fixado para os Ministros do STF. Assim, refere-se a inúmeras verbas de caráter permanente que no passado se incorporavam aos vencimentos mas que não podem incidir ou exercer influência”.

“2. Por sua vez, o art. 5º, II, “a” e “b” da Res. 13/CNJ refere-se ao regime remuneratório atual, estabelecendo o mesmo princípio de que **o subsídio é parcela única à qual nada se agrega, mas definindo quais verbas podem ser admitidas em absoluto caráter transitório, ou seja, verbas que não o compõem**, considerando o próprio conceito que estabelece o art. 3º da referida Resolução. **E o CNJ assim normatizou, forte no entendimento de que aquelas verbas do art. 5º têm natureza de mera gratificação, com a referida marca da transitoriedade e da inacumulatividade**”.

“3. Consulta respondida positivamente, diante da norma integradora da Res. CNJ nº 13/2006, respeitado, contudo, o teto remuneratório, que não pode ser ultrapassado” (CNJ – PP 20081000009896 – Rel. Cons. Rui Stoco – j. 24.06.2008).

Embora possa se reputar plausível o argumento dos requerentes de o atual sistema remuneratório impede “o devido pagamento por trabalho legalmente prestado”, tendo em vista que apesar do desempenho de determinadas atribuições os magistrados não recebem nada ou quase nada pelo serviço, o óbice atualmente existente decorre de previsão expressa da

Constituição Federal, quando vincula a remuneração dos magistrados a um patamar intransponível.

Como exceção à regra, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei, nos termos do art. 37, § 11 da CF/88, cujo rol encontra-se contemplado no artigo 8º da Resolução em foco.

No que concerne a irresignação dos requerentes quanto a base de cálculo, transcrevo o ato questionado para melhor elucidar o assunto:

**Art. 9º** As retribuições referidas no artigo 5º mantêm a mesma base de cálculo anteriormente estabelecida, ficando seus valores sujeitos apenas aos índices gerais de reajuste, vedada, até que sobrevenha lei específica de iniciativa do Poder Judiciário, a adoção do subsídio como base de cálculo.

A norma em comento disciplina regra de transição referente a aplicação do regime remuneratório anterior para o regime do subsídio. No aspecto, indispensável trazer à baila o brilhante voto proferido pelo Conselheiro Marcus Faver, no julgamento do Pedido de Providências n. 1007, momento em que analisou as razões atinentes à adoção do subsídio, bem como esclareceu de modo categórico os motivos pelos quais foi adotada a base de cálculo do regime anterior das verbas referidas no art. 5º da Resolução nº 13/CNJ.

Adoto os fundamentos do voto supra mencionado, como razão de decidir do presente:

“A escorreta interpretação da referida norma há de ser alcançada com a devida consideração do contexto histórico em que aprovada.

Pois bem, por ocasião das discussões para a edição da Resolução n. 13 CNJ, esta regra do art. 9 foi inserida no texto da referida Resolução face à justificada preocupação demonstrada com a possibilidade de adoção, por alguns tribunais, de base de cálculo do antigo sistema remuneratório em relação ao novo sistema do subsídio recém implantado, com grave risco de comprometimento orçamentário.

Como é sabido, na realidade do sistema remuneratório da magistratura nacional, antes da implantação do sistema de subsídio instituído pela Constituição Federal, a remuneração era composta de várias parcelas, com destaque para os vencimentos e a verba de representação.

A maior parte das vantagens asseguradas em lei para a magistratura tinha como base de cálculo os vencimentos, parcela que não ostentava maior expressão econômica dentro da base integral da remuneração auferida.

A lei, até para evitar que tais vantagens não fossem instituídas de forma módica e irrisória, comprometendo a própria dignidade da remuneração auferida pelos membros do Poder Judiciário, instituiu uma base de cálculo em percentual expressivo.

Assim, por exemplo, em algumas realidades de Tribunais de Justiça, a gratificação pelo exercício de Presidência foi fixada por lei em 25% (vinte e cinco por cento) do valor dos vencimentos, justamente porque o valor destes, no contexto geral da remuneração, era baixo, e um percentual menor praticamente implicaria em tornar irrisório o valor da vantagem, anulando-a.

Com a implantação do novo sistema do subsídio e, parcela única consolidando praticamente toda a base remuneratória da magistratura, previstas no art. 5 da Resolução n. 13 e que são oriundas do antigo sistema, não pode manter o mesmo percentual de cálculo, sob pena de ser fixada a sua expressão econômica em um patamar deveras elevado, tornando todos os seus beneficiários equiparados aos subsídios dos Ministros da Suprema Corte.

Esse é o motivo pelo qual o art. 9 da Resolução n. 13 vedou a utilização da base do novo sistema remuneratório dos subsídios para o cálculos das vantagens previstas no art. 5 do mesmo texto normativo.”

Do julgamento esposado infere-se que a utilização da base de cálculo do sistema anterior à adoção do subsídio objetivou evitar que magistrados com poucos anos de carreira sejam remunerados de forma equiparada aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Obviamente, como ocorre em todas as outras carreiras, a contraprestação deve ser escalonada para que os cargos hierárquicamente superiores tenha padrão de vencimentos mais altos.

Aliás, é exatamente esse o entedimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI 14, de relatoria do então Ministro Presidente Néri da Silveira, cuja redação foi assim publicada:

*“Importa ter presente a proibição dos magistrados perceberem, ‘a título nenhum’, retribuição que exceda a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.*

*No particular, é de entender que não se conciliaria com a ordem constitucional a situação de magistrado, - nas mesmas condições de*

*tempo de serviço de Ministro do Supremo Tribunal Federal, - que porventura auferisse retribuição mais elevada. Nessa linha, nenhum magistrado, com vinte e cinco ou trinta e cinco anos de serviço público, poderá perceber remuneração mais elevada que a de Ministro do STF, respectivamente, com vinte e cinco ou trinta e cinco anos de serviço. Cogita-se, nessa hipótese, da existência de um teto que, a título nenhum, conforme estipula a Constituição (art. 93, V, in fine), pode ser excedido, na organização da escala de vencimentos da magistratura ”.*

Ademais, a previsão levada a efeito no art. 9º vincula a aplicação do sistema anterior até que sobrevenha lei específica estabelecendo a parametrização do subsídio, ato que ainda não foi editado.

Portanto, o argumento dos requerentes de que a adoção do sistema remuneratório anterior como forma de cálculo das verbas aludidas no art. 5º pode ocasionar “desequilíbrio no sistema remuneratório de magistrados”, patente que maior desequilíbrio será causado pela aplicação do subsídio como forma de contabilização para o recebimento dessas verbas, por dois motivos óbvios: primeiramente porque o teto constitucional será rapidamente atingido e segundo, haverá um nivelamento na remuneração de todos os magistrados brasileiros, o que não se coaduna com a envergadura dos cargos ocupados relativamente ao estipêndio recebido.

No caso, deve ser diligenciada a edição da lei referida no dispositivo em análise, para elaboração de planejamento no que tange a aplicação escalonada e pormenorizada dos subsídios, individualizando as verbas oriundas de exercício de funções transitórias de modo a evitar uma banalização do padrão remuneratório dos magistrados brasileiros.

Diante do contexto, considerando todos os aspectos aventados, reputo indispensável o encaminhamento dos presentes autos à Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, cuja Presidência está sob minha responsabilidade, para que seja elaborado estudo acurado sobre a matéria em análise, levando-se em consideração todos os minúcias, relevos e, principalmente, as disposições legais já existentes.

Assim, conheço do pedido e **julgo improcedente** o presente Pedido de Providências.

Após as intimações de praxe, arquivem-se os autos.

Brasília, 17 de outubro de 2011.



**Conselheiro JOSÉ LUCIO MUNHOZ**  
**Relator**